

**A Assistência aos Leprosos na Idade Média:
A Gafaria de Coimbra (sécs. XIII-XV)¹**

Ana Rita Rocha
Universidade de Coimbra

Resumo

Neste artigo apresentamos o projecto da nossa dissertação de mestrado, na qual estudamos uma instituição de assistência destinada ao acolhimento de leprosos, a Gafaria ou Hospital de S. Lázaro de Coimbra, entre os séculos XIII e XV. Pretendemos desenvolver um estudo institucional e económico da leprosaria, focando o seu funcionamento, património e relações com foreiros e poderes régio e concelhio. Atendendo a estes objectivos, o projecto elaborado incide sobre o tema desenvolvido e questões levantadas ao longo da nossa investigação, a contextualização da matéria em estudo na historiografia nacional e internacional, a enumeração e descrição das fontes consultadas e metodologias aplicadas e sobre a estrutura da dissertação, indicando os capítulos a desenvolver.

Abstract

In this paper we present the project of our master thesis, which studies an assistance institution for the reception of lepers, the Leper House or Hospital of Saint Lazarus of Coimbra, between the 13th and 15th centuries. We intend to develop an institutional and economic study of this leper house focusing on the functioning, patrimony and the relationship between this hospital and its tenants and the royal and municipal powers. Considering these objectives, this project focuses the theme developed and the issues brought up during our research, the contextualization of the subjects under study in national and international historiography, the enumeration and description of the analyzed sources and the applied methodologies, and the structure of the dissertation, with the indication of the chapters to develop.

1. O TEMA: ESTUDAR UMA GAFARIA MEDIEVAL

Desde cedo, o tema seleccionado apresentou-se propício a ser desenvolvido numa dissertação, devido à riqueza do núcleo documental existente no Arquivo da Universidade de Coimbra, mas também devido à escassez de estudos exclusivamente dedicados ao

¹ O texto aqui publicado corresponde, na sua essência, à comunicação que apresentámos no III Workshop de Estudos Medievais, realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nos dias 14 e 15 de Abril de 2011. Saliámos que alguns dos aspectos aqui considerados, respeitantes à elaboração da nossa dissertação de Mestrado, entretanto concluída e defendida a 2 de Dezembro de 2011, sofreram evolução e alterações, devido, sobretudo, ao aparecimento de novas fontes e a opções por diferentes formas de abordagem. Para a redacção final do texto aqui apresentado, contámos com as sugestões da nossa orientadora, Prof.^a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, e do Prof. Doutor Luís Miguel Duarte (Universidade do Porto) e de Margarita Vázquez Corbal (Universidade de Santiago de Compostela), responsáveis pelo comentário ao nosso artigo na referida sessão do WEM 2011, a quem muito agradecemos.

Hospital de S. Lázaro. À excepção de alguns trabalhos sobre a assistência em geral e de um artigo de Rocha Brito², a Gafaria não foi ainda objecto de uma investigação consistente, em que fossem analisados, de forma aprofundada, os elementos facultados pela documentação existente. De facto, o núcleo de documentação mencionado, que está na base do nosso estudo, permite-nos levantar importantes questões que têm norteado a nossa investigação.

Logo de início surgiram elementos relativos à propriedade da Gafaria de Coimbra. Tratando-se de uma instituição de assistência, que tinha de fornecer aos indivíduos que nela estavam internados uma ração alimentar e monetária, obrigatoriamente seria detentora de importantes bens, que permitissem o seu sustento e sobrevivência. Assim, como era composto o património do Hospital de S. Lázaro? Que bens, que rendas, que tipos de contratos se estabeleciam e a quem eram aforadas ou emprazadas as suas propriedades? Pretendemos, pois, que este estudo seja desde logo um contributo para o alargamento dos conhecimentos sobre patrimónios e paisagens, com enfoques locais, que se têm vindo a desenvolver ao longo das últimas décadas.

A documentação fornece, ainda, dados essenciais para compreender as relações que se estabeleceram entre a Gafaria de Coimbra e os lavradores que traziam as suas terras emprazadas ou aforadas. Estas relações traduziram-se, muitas vezes, em conflitos que colocavam em risco a capacidade de administração dos bens pelo Hospital de S. Lázaro. Tornou-se pertinente conhecer o abandono e degradação a que as propriedades eram votadas pelos seus foreiros e tudo aquilo que contribuía para a erosão da autoridade da Gafaria e dos seus funcionários.

Naturalmente, o estudo de uma instituição não se pode limitar à análise dos seus domínios e do modo como os geria. Com efeito, é imperativo conhecer intrinsecamente a Gafaria, ou seja, como funcionava e como era administrada e que indivíduos compunham o seu quadro de funcionários. Além disso, de que modo evoluiu este estabelecimento assistencial desde que foi fundado, em 1210, até ao final da Idade Média, quando foi alvo de reformas pela mão de D. Manuel? Neste aspecto, temos, ainda, de nos debruçar sobre a paisagem urbana, uma vez que a leprosaria estava integrada no espaço citadino de Coimbra, onde existiam outros hospitais e albergarias.

O relacionamento que a Gafaria de Coimbra estabeleceu com os poderes régio e concelhio constitui outra das questões a desenvolver na nossa dissertação. Estabelecem-se hipóteses sobre a ingerência, ou não, dos dois poderes acima mencionados, numa poderosa instituição de caridade, como era a leprosaria conimbricense. Neste aspecto, procuraremos centrarmo-nos, essencialmente, nos finais do século XIV e no século XV, por serem aqueles para os quais existe uma maior massa documental, mas também por se ter verificado uma maior intervenção da autoridade régia, muitas vezes em confronto com o poder concelhio, nos estabelecimentos de assistência em geral. Estas hipóteses levam-nos, igualmente, a questionar a independência ou submissão da Gafaria de Coimbra aos poderes superiores. Além disso, qual desses poderes exercia uma maior influência sobre este estabelecimento? Em que aspectos da administração institucional a sua ingerência se fazia sentir?

Por fim, ao estudarmos uma gafaria medieval torna-se obrigatório fazer uma contextualização da doença que está na base da sua fundação: a lepra. É necessário compreender como era definida na Idade Média, que conhecimentos possuíam os médicos e a população em geral, que causas e valor simbólico lhe eram atribuídos. É igualmente indispensável considerar o maior ou menor isolamento a que os leprosos foram votados. Mas estes doentes foram também alvo da caridade da sociedade medieval, que lhes prestava assistência, canalizando para estes indivíduos obras de misericórdia, com o intuito de atingir a salvação eterna.

Perante o que foi exposto, podemos considerar que todas as questões levantadas e hipóteses que pretendemos apresentar se inserem em diversas áreas da história. Des-

² A. da Rocha Brito, “História da Gafaria de Coimbra”, *Arquivos de Dermatologia e Sifilografia*, I (1931-1932).

de a história rural à história urbana, passando pela social, económica e institucional. Não podemos esquecer que mesmo o estudo das relações com os poderes nos coloca sob a alçada da história política.

2. A GAFARIA DE COIMBRA NO CONTEXTO HISTORIOGRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL

No panorama historiográfico português, o nosso estudo sobre a Gafaria de Coimbra, na Idade Média, integra-se, antes de mais, no vasto tema da assistência medieval, que tem, desde os anos 70 do século XX, atraído a atenção de alguns historiadores. Sob este ponto de vista, vários estudos têm sido publicados, desde então, versando assuntos como pobreza, caridade, instituições de assistência e marginais. Devemos salientar, pelo carácter precursor em Portugal, a realização das Primeiras Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, em 1972, subordinadas ao tema *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, das quais foram publicadas as respectivas actas.³ Estas jornadas manifestam-se como um sinal das novas tendências historiográficas, de influência internacional, nomeadamente francesa.

Mas outras obras se salientam no estudo da assistência. Ainda antes da realização das mencionadas jornadas, Fernando da Silva Correia, entre os anos 30 e 60 do século passado, se havia destacado pela publicação de diversos trabalhos subordinados ao tema em questão. Salienta-se a obra *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*, publicada, pela primeira vez, em 1944, na qual o autor faz um estudo globalizante da assistência, centrando-se na Idade Média.⁴ Apesar de apresentar algumas insuficiências metodológicas e conceptuais decorrentes da natural evolução historiográfica, a obra continua a ser um marco fundamental da historiografia portuguesa sobre o tema, sendo de incontornável consulta. No nosso caso específico, contém informação de base acerca da lepra e das gafarias, constituindo um importante ponto de partida para a nossa investigação, tendo sempre em atenção que é necessário fazer constantes comparações com a bibliografia mais recente e com a documentação a que temos acesso.

Quanto ao tema mais particular da lepra e das gafarias, contexto específico no qual se insere a nossa dissertação, devemos referir que a historiografia nacional surge lacónica. Nas obras de carácter geral, encontram-se, frequentemente, referências às gafarias, enquanto instituições de acrescida importância na Idade Média. Contudo, não passam de simples referências.

Além disso, poucos são os estudos que se dedicam exclusivamente a estes estabelecimentos assistenciais. Destacam-se os artigos de Manuel Sílvio Conde e Maria Ângela Beirante, das décadas de 1980 e 1990, respectivamente. O de Manuel Sílvio Conde assume-se como um dos primeiros trabalhos em Portugal referentes a leproso e gafarias, elaborado nos novos moldes da historiografia. Começa por abordar a lepra e os leproso na sociedade medieval, para depois se centrar na Gafaria de Santarém e nos seus gafos.⁵ O artigo de Maria Ângela Beirante segue um esquema de análise semelhante, mas referente à Gafaria de Évora e relativamente mais sucinto.⁶ A nossa dissertação enquadra-se no tipo de questões e debates lançados por estes historiadores.

Outras leprosas portuguesas têm sido objecto de estudo de diversos trabalhos. Veja-se como exemplo as dissertações de mestrado de Maria Odete Neto Ramos, intitulada *O património da Gafaria de São Gião de Monção: séculos XV-XVI*, de 2002,⁷ e a de Rita Luís Sampaio da Nóvoa, *A Casa de São Lázaro de Lisboa: Contribu-*

³ *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1.ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. 2 tomos (Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973).

⁴ Fernando da Silva Correia, *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas* (Lisboa: Livros Horizonte, 1999).

⁵ Manuel Sílvio Conde, "Subsídios para o Estudo dos Gafos de Santarém (séculos XIII-XV)", *Estudos Medievais*, 8 (1987): 99-170.

⁶ Maria Ângela Beirante, "A Gafaria de Évora", in *O ar da Cidade: Ensaio de História Medieval e Moderna* (Lisboa: Edições Colibri, 2008), 235-251.

⁷ Maria Odete Neto Ramos, *O património da Gafaria de São Gião de Monção: séculos XV-XVI* (tese de

tos para uma História das Atitudes face à Doença (sécs. XIV-XV), de 2010.⁸ Nesta última, a autora estuda a Gafaria de Lisboa sob um novo ponto de vista historiográfico no contexto nacional, analisando as atitudes face à doença nos séculos XIV e XV, para além de contribuir para o conhecimento da instituição em si mesma.

Quanto à Gafaria de Coimbra, esta ainda não foi analisada a partir das novas metodologias historiográficas. De facto, para além de breves referências em obras gerais ou artigos, existe um único estudo exclusivamente a ela dedicado, mas datado de 1931-32, da autoria de Rocha Brito, no qual é feita uma análise global da instituição.⁹

Além fronteiras, o tema da assistência e das leprosarias despertou desde cedo a atenção de inúmeros investigadores, dando origem a trabalhos de grande importância. De facto, o contexto internacional do nosso tema revela-se muito mais fértil do que o nacional. Encontramos inúmeras referências a obras dedicadas exclusivamente à lepra e às gafarias de determinadas regiões. Este fenómeno facilmente se explica pela abundância de fontes de natureza diversa.

O caso francês é paradigmático. Da extensa produção historiográfica deste país relativa ao tema, recolhemos a maior parte de bibliografia estrangeira. Nessas obras, encontramos importantes informações a respeito da lepra, do papel dos leprosos na sociedade medieval e do funcionamento das leprosarias na França, permitindo-nos estabelecer uma história comparativa com a Gafaria de Coimbra, em particular. Entre outras, as obras *Histoire des Lépreux au Moyen Âge: une société d'exclus*, de Françoise Bériac,¹⁰ e *Maladie et société au Moyen Âge: la lèpre, les lépreux et les léproseries dans la province ecclésiastique de Sens jusqu'au milieu du XIVe siècle*, de François-Olivier Touati,¹¹ salientam-se pela importância historiográfica que exercem no contexto temático em questão. A primeira obra apresenta um modelo interpretativo semelhante àquele que pretendemos desenvolver na nossa própria dissertação, embora conceda uma maior importância à vertente médica e à imagem da lepra na Idade Média.

A historiografia inglesa também se apresenta muito rica relativamente ao tema da lepra e leprosos, dando-nos um importante contributo bibliográfico. A principal obra britânica que temos vindo a seguir na elaboração da nossa tese é da autoria de Carole Rawcliffe e intitula-se *Leprosy in Medieval England*. Esta autora apresenta, para a Inglaterra, uma análise detalhada da lepra medieval, analisando as suas causas, diagnóstico, tratamento, mas concedendo igualmente alguma importância à segregação dos leprosos e à vida nas gafarias.¹²

Após a análise atrás desenvolvida, apercebemo-nos de que existe, actualmente, muita bibliografia a que podemos recorrer como auxiliar de pesquisa para compreensão do fenómeno em estudo e comparação da Gafaria de Coimbra com outras instituições similares, portuguesas e estrangeiras. Em Portugal, o tema tem vindo a ser desenvolvido ao longo das últimas décadas, mas sem se verificar uma produção exaustiva de obras sobre assistência e instituições assistenciais como no exterior.

Além das obras sobre assistência, lepra, leprosos e gafarias, temos de recorrer a estudos de história económica que nos auxiliem na análise do património da Gafaria de Coimbra. É o caso da obra de Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, na qual são analisados todos os aspectos necessários à compreensão do mundo rural num espaço que se cruza com aquele onde o Hospital de S. Lázaro de Coimbra possuía uma grande parte das suas propriedades.¹³

mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002).

⁸ Rita Luís Sampaio da Nóvoa, *A Casa de São Lázaro de Lisboa: Contributos para uma História das Atitudes face à Doença (sécs. XIV-XV)* (tese de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010).

⁹ Brito, “História da Gafaria de Coimbra”.

¹⁰ Françoise Bériac, *Histoire des Lépreux au Moyen Âge: une société d'exclus* (Paris: Éditions Imago, 1988).

¹¹ François-Olivier Touati, *Maladie et société au Moyen âge: la lèpre, les lépreux et les léproseries dans la province ecclésiastique de Sens jusqu'au milieu du XIVe siècle* (Bruxelas: De Boeck Université, 1998).

¹² Carole Rawcliffe, *Leprosy in Medieval England* (Woodbridge: The Boydell Press, 2006).

¹³ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*. 2 vols. (Lisboa: Imprensa

3. AS FONTES E METODOLOGIAS APLICADAS

Para atingirmos o objectivo inicial proposto, devemos consultar um grande número e uma grande variedade de fontes. Desde que iniciámos a nossa investigação sobre a Gafaria de Coimbra, deparámo-nos com documentação suficiente para responder à maior parte das questões colocadas.

Concentradas maioritariamente no Arquivo da Universidade de Coimbra, em vários núcleos, destacando-se os “Pergaminhos do Hospital de S. Lázaro”, as fontes de que dispomos distribuem-se por diversos tipos. No referido arquivo encontramos cinco modelos de documentação avulsa: cartas régias, contratos agrários, doações, uma única carta de venda, sentenças, compromissos e cartas de composição. A esta documentação avulsa, acrescenta-se um tomo de propriedade e um livro de regimentos.

Os contratos agrários, as doações e a carta de venda servem o nosso propósito central de estudo do património da Gafaria de Coimbra na Idade Média. Deles pretendemos recolher dados que nos permitam fazer o cadastro da propriedade entre os séculos XIV e XV. Embora com funções diferentes, todos estes documentos nos fornecem o tipo de propriedade em questão e a sua localização geográfica. Com estes dados, além da análise teórica a que serão submetidos, elaboraremos mapas de distribuição geográfica dos prédios, a partir dos quais podemos ter uma percepção simplificada e imediata dessa mesma distribuição. Assim, é possível avaliar as regiões territoriais de maior concentração de bens de uma instituição de assistência conimbricense e até a concentração de determinados tipos em zonas específicas.

No caso dos contratos agrários, estes serão uma das nossas principais fontes, pois a partir deles temos conhecimento de toda a política de exploração da terra encetada pela Gafaria de Coimbra. Estas fontes, de tipo enfitéutico, muito comuns em Portugal, fornecem uma grande variedade de dados, quer quantitativos, quer qualitativos. Da leitura de mais de meia centena deste tipo de documentos, ficamos a conhecer a duração dos contratos, os tipos de propriedade, a localização dos prédios, as suas confrontações e as rendas principais e acessórias aplicadas. Temos, assim, os dados necessários à elaboração de um estudo económico da propriedade da Gafaria, tendo acesso à forma como esta era gerida e aos rendimentos que eram auferidos. Entre estas informações, também encontramos as culturas maioritariamente praticadas e os trabalhos que os foreiros tinham de fazer nas terras e edifícios para evitar a sua degradação. Além disso, os contratos indicam a profissão ou estatuto social dos recebedores, permitindo-nos conhecer os indivíduos a quem era entregue o domínio útil dos bens do hospital.

As sentenças, compromissos e cartas de composição são outro grupo de documentos com grande valor historiográfico para o nosso estudo. Compilámos dezasseis cartas deste tipo, no Arquivo da Universidade de Coimbra. Temos por objectivo recolher o acusador e o acusado, o assunto em questão e a decisão tomada pelo juiz ou oficial de justiça, para compreendermos os problemas decorrentes da gestão da propriedade, devido à falta de zelo, quer dos camponeses que dela traziam o domínio útil, quer dos administradores da instituição.

À documentação já descrita, acrescentam-se os diplomas régios. No Arquivo da Universidade de Coimbra inventariámos onze cartas deste tipo respeitantes ao Hospital de S. Lázaro, às quais se acrescentam diversas referências e documentos encontrados nas Chancelarias Régias, conservadas na Torre do Tombo e algumas delas já publicadas¹⁴, e um número reduzido de diplomas no Arquivo Histórico Municipal de Coimbra. Estes documentos contribuem para o estudo das relações da Gafaria com o poder régio e até com o poder concelhio, assim como para o conhecimento da sua história institui-

Nacional - Casa da Moeda, 1989).

¹⁴ No nosso estudo recorremos às seguintes chancelarias publicadas: *Chancelaria Portuguesa: D. Pedro I, 1357-1367*, ed. A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: INIC/CEH-UNL, 1984); *Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. II, tomo 1, 1385-1392*, ed. João José Alves Dias (Lisboa: CEH-UNL, 2005) e *Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. II, tomo 2, 1387-1402*, ed. João José Alves Dias (Lisboa: CEH-UNL, 2005).

onal. De um modo geral, encontramos neles informações acerca da confirmação e consolidação de privilégios da instituição, das medidas tomadas com vista à sua boa administração, e ainda relativas à acção dos monarcas para proteger o hospital do poder que as autoridades concelhias lhe tentavam impor e ao provimento da Gafaria.

Acrescente-se o segundo testamento de D. Sancho I, de 1210, no qual é concedida uma quantia de dez mil morabitanos ao abade de Alcobaça para fundar a Gafaria¹⁵, e dois documentos do Mosteiro de Alcobaça, de 1212 e 1214¹⁶, que nos dão pistas sobre os anos iniciais do hospital, nomeadamente sobre a sua dotação. É assim possível conhecer os primeiros bens imóveis adquiridos pela Gafaria e a sua localização. Estes documentos estão conservados na Torre do Tombo.

Para além da documentação avulsa, é fundamental consultar os Regimentos e o Tombo do Hospital de S. Lázaro, existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra¹⁷. Dos regimentos da Gafaria, interessam-nos os de D. Afonso IV, de 1329, e o de D. Afonso V, de 1452, para a análise do funcionamento regulamentado da instituição, que permitia a sua correcta administração. No entanto, não podemos deixar de prestar significativa atenção ao regimento outorgado por D. Manuel, em 1502, que corresponde, em grande medida, a uma actualização do de D. Afonso IV. Desta documentação normativa recolhemos, principalmente, as razões a ser atribuídas a gafos e merceeiros são, foros e costumes e funções do vedor e escrivão.

O Tombo da Gafaria de Coimbra, mandado elaborar por D. Manuel e concluído em 1515, é um extenso volume que contém o traslado dos regimentos e de algumas cartas régias, a que se segue uma relação pormenorizada dos bens do hospital. Nela são descritos, para cada prédio ou título de bens, o tipo de contrato que vigorava, rendas entregues à Gafaria e dimensões e confrontações das propriedades. Todavia, apenas faremos um levantamento de todos os prédios descritos e sua localização, pois, apesar de conter muitos bens que a Gafaria já possuiria na Baixa Idade Média, esta fonte é já do século XVI, extravasando a cronologia de investigação proposta. Esta lista exhaustiva, que nos permite fazer um ponto da situação em 1515, servirá para elaborar cartografia onde conste o património do hospital neste ano, de modo a comparar estes dados com aqueles recolhidos nos contratos agrários e outra documentação dos séculos XIV e XV.

Pelo volume de documentos e pela quantidade de informação, os dados recolhidos nos contratos agrários serão introduzidos numa base de dados que criámos especificamente para o efeito. Trata-se de uma base de dados simples, onde inserimos os elementos essenciais para responder às nossas questões de investigação e que atrás já nos referimos. Através deste suporte informático, o estudo da propriedade, no seu todo, torna-se mais simples e acessível, permitindo a comparação entre os diversos contratos e até a pesquisa simplificada de termos, que filtra a informação de acordo com as necessidades do momento.

No caso específico do Tombo, a lista de prédios que recolhemos será introduzida, à medida que consultamos a fonte, numa folha de cálculo, com o posterior objectivo de organizar os bens por localização e tipo, de modo a facilitar a criação de cartografia.

As restantes fontes a que recorreremos, como cartas régias e sentenças, serão alvo de uma análise qualitativa. Deste modo, serão organizadas por tipo de documento e assunto. Naturalmente, muita documentação será transversal a diversos temas, exigindo, da nossa parte, a capacidade de os organizar de modo a cruzar informação sempre que exigido. Para facilitar a sua consulta pretendemos extrair os dados essenciais, como intervenientes, assunto e, no caso das sentenças, decisão tomada.

Apesar de existir um número de fontes suficiente para responder a praticamente todas as questões levantadas, em alguns aspectos nota-se uma certa falta de documen-

¹⁵ *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, ed. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Pereira (Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979), doc. 194, p. 298.

¹⁶ ANTT, *Mosteiro de Alcobaça*, DP, 1.^a inc., m.^o 3, n.^o 15 e ANTT, *Mosteiro de Alcobaça*, DP, 1.^a inc., m.^o 3, n.^o 21.

¹⁷ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, n.^o 34 e AUC, *Tombo do Hospital de S. Lázaro (1515)*, Cofre, respectivamente.

tos que nos permitam cobrir determinados espaços de tempo da história da Gafaria ou resolver dúvidas para as quais apenas possuímos um número muito limitado de documentos. É o caso do século XIII, após a fundação do hospital por D. Sancho I, período para o qual nos deparamos com um quase vazio documental. À excepção de alguma documentação, como o testamento de D. Sancho, os dois documentos de Alcobça já mencionados e uma carta de aforamento colectivo de 1275¹⁸, não encontramos, ainda, elementos que nos permitam reconstituir de forma sólida a vida administrativa e económica do Hospital de S. Lázaro. Esta situação poderá estar relacionada com o que é indicado no Regimento de 1329, no qual se pode ler que “se perderam muytas scripturas por a malicia dos veedores que foram ante quando os tiravam do officio com queixume que avyam sunegavam as scripturas e perdian-as e per esta guissa ficava a gaffaria delapidada sem escripturas”.¹⁹ Para as relações que se estabeleceram entre a Gafaria e o concelho de Coimbra as fontes também se revelam relativamente escassas. Para isso temos de nos servir daquelas que nos chegaram e apresentar algumas hipóteses a partir dos elementos que nos são fornecidos.

Perante essa escassez de fontes, consideramos oportuno, nestes casos, proceder a uma história comparativa com outras instituições de assistência, que possa dar indícios sobre o que se terá verificado na Gafaria de Coimbra. Daremos assim um particular destaque às leprosas portuguesas já estudadas, como a de Santarém, Évora e Lisboa, mas também a outros estabelecimentos assistenciais, como hospitais e confrarias, objectos de estudos mais ou menos aprofundados. Não deixaremos, igualmente, de prestar atenção à história de leprosas além-fronteiras. Esta história comparativa serve igualmente para verificar regras e excepções na história da assistência em Portugal, no geral, e na história das gafarias, em particular.

4. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A nossa dissertação de mestrado estrutura-se em quatro partes principais, intituladas, respectivamente, “A Lepra e os Leprosos no Ocidente Medieval”, “A Gafaria de Coimbra no Espaço e no Tempo”, “A Propriedade da Gafaria de Coimbra” e “Relações com Poderes”. Cada uma destas partes divide-se em capítulos e subcapítulos, de número variável, consoante a informação recolhida e a importância de cada assunto.

Ao estudar uma instituição de assistência reservada a leprosos é imprescindível compreender a doença que esteve na base da sua fundação e os indivíduos que a ocuparam ao longo da sua história. Neste sentido, iniciamos o nosso estudo com uma parte, dividida em dois capítulos, dedicada ao contexto médico, mental e social de aparecimento das leprosas. No primeiro capítulo, que intitulámos “A Lepra na Idade Média: ‘uma afecção de todo o corpo’²⁰”, fazemos uma análise desta doença na época em estudo, atendendo à sua cronologia no Ocidente, definição actual, conhecimento médico medieval e causas que lhe eram atribuídas, quer pelos médicos, quer pela sociedade.

Segue-se o segundo capítulo, no qual analisamos os leprosos, ou seja, aqueles cuja vida estava inevitavelmente condicionada pela doença de que padeciam. É, pois, importante verificar como estavam integrados, ou não, na sociedade medieval. Por essa razão, consideraremos a atitude ambivalente da sociedade em relação a estes doentes, manifestando tanto repulsa como compaixão. Analisamos o isolamento a que os leprosos foram votados, com particular destaque para o papel das gafarias, mas também as atitudes de caridade manifestadas pela restante sociedade, que lhes prestava o seu auxílio através de doações e do socorro pessoal.

Depois de analisados a lepra e os leprosos, passamos ao estudo concreto da Gafaria de Coimbra. A segunda parte é dedicada à instituição no espaço e no tempo, divi-

¹⁸ AUC, *Tombo do Hospital de S. Lázaro (1515)*, Cofre, fl. 8 – 9v.

¹⁹ AUC, *Regimento do Hospital de S. Lázaro*, Cofre, n.º 34, fl. 2v.

²⁰ Esta expressão corresponde a uma descrição da lepra feita por Bernard de Gordon, professor de Montpellier, em 1305. Citado a partir de Françoise Bériac, “O medo da lepra”, in *As Doenças têm História*, apresentação de Jacques Le Goff, 127 (Lisboa: Terramar, 1997).

dindo-se em dois capítulos principais. Com o primeiro, intitulado “A Assistência em Coimbra”, pretendemos recriar o quadro assistencial urbano, no qual o Hospital de S. Lázaro estava integrado. De um modo geral, faremos um levantamento das instituições existentes na cidade de Coimbra, ao longo da Idade Média, que, juntamente, com a Gafaria, praticavam a caridade, acolhendo e alimentando os mais necessitados.

O capítulo seguinte tem por objectivo tratar a Gafaria do ponto de vista institucional, subdividindo-se em três subcapítulos. Abordaremos, no primeiro, o processo evolutivo do hospital ao longo da Idade Média, desde a sua fundação em 1210, tentando compreender as mutações operadas numa instituição de assistência. Segue-se a análise da estrutura administrativa, num segundo subcapítulo, onde enumeramos os oficiais que ocupavam os principais cargos de gestão da Gafaria. Concederemos, naturalmente, um lugar de destaque ao vedor e ao escrivão, pela importância das funções que desempenhavam. Além disso, é pertinente procurar saber quem eram estes homens e qual a sua origem social, na tentativa de compreender o prestígio que os cargos superiores do Hospital de S. Lázaro alcançavam.

Para terminar a segunda parte da nossa dissertação, escolhemos um subcapítulo destinado à compreensão do funcionamento da Gafaria de Coimbra. A partir dos Regimentos de 1329, 1452 e 1502 e de diversas cartas régias, é nosso objectivo saber quais os direitos e privilégios dos gafos na instituição, que rações recebiam, a que foros e costumes deviam obedecer e quais as funções dos oficiais que estavam regulamentadas. Neste aspecto, a informação será, ainda, complementada com a comparação, sempre que necessário, com os regimentos ou compromissos de outras gafarias portuguesas, já publicados, como o caso de Santarém e de Lisboa.

A terceira parte corresponde ao núcleo central do nosso estudo. Dividida em três capítulos, nela pretendemos reconstituir o património da Gafaria, com particular relevo para os séculos XIV e XV. No primeiro capítulo, será feito o cadastro da propriedade, que inclui a descrição dos tipos de bens do hospital e a respectiva localização. Este capítulo será enriquecido com a elaboração de mapas, onde conste a distribuição de tipos de prédios por região, procurando uma leitura simplificada do património da Gafaria.

No segundo capítulo da terceira parte, abordaremos os aspectos essenciais ao conhecimento da política de exploração da propriedade praticada pelo Hospital de S. Lázaro de Coimbra. Desta forma, serão redigidos três subcapítulos, a saber: “Duração dos Contratos”, “Rendas e Foros” e “Recebedores”. No primeiro, pretendemos verificar qual o tipo de contrato predominante, entre emprazamentos e aforamentos. Segue-se, no segundo subcapítulo, uma análise das rendas e foros pagos à Gafaria, com o intuito de encontrar relação entre o tipo de prédio contratado e a renda a pagar, distinguindo sempre, no caso da renda principal, entre renda fixa (em géneros ou dinheiro) e parciária. O terceiro subcapítulo apresenta-se como uma tentativa de conhecimento dos indivíduos a quem o hospital confiava o domínio útil dos seus bens, a partir da sua proveniência social e geográfica, indicada na maior parte dos contratos.

O último capítulo da terceira parte receberá o título de “A Propriedade como Causa de Conflito”, pois é nosso objectivo observar os problemas que o Hospital de S. Lázaro enfrentava a partir do momento em que entregava o domínio útil das suas propriedades. Pormenorizando, os conflitos serão divididos por grupos de causas, de acordo com as questões que estiveram na origem das sentenças, normalmente relacionadas com a desobediência ou incumprimento dos camponeses.

A nossa dissertação termina com uma parte dedicada às relações da Gafaria de Coimbra com o poder régio e o poder municipal, dividindo-se em dois capítulos. Apesar de tratadas autonomamente, as relações com o poder régio e com o concelhio serão alvo de uma análise muito semelhante. Desta forma, os referidos capítulos incidirão sobre a maior ou menor ingerência do poder régio e do concelho de Coimbra na Gafaria. Também pretendemos averiguar quais os aspectos da administração da instituição mais expostos a essa intervenção e qual dos dois poderes exercia uma maior autoridade sobre o hospital. Devemos acrescentar, aos assuntos a tratar nestes dois capítulos, a qualidade das relações estabelecidas. Terão sido pacíficas ou, em algum momento, verifi-

cou-se uma tentativa de abuso de poder?

A tese será complementada com mapas, tabelas e gráficos de análise e com a transcrição de grande parte do núcleo documental. Neste caso, será feita uma selecção dos documentos mais relevantes. Por essa razão, serão escolhidos alguns contratos agrários e doações apenas para exemplificar este tipo de documentação, uma vez que se trata de diplomas muito comuns e muito semelhantes no que respeita ao teor diplomático. Por sua vez, os regimentos, cartas régias, sentenças, compromissos, entre outros, serão transcritos e incluídos no apêndice documental na íntegra.

Para concluir, sabemos que algumas fontes se revelarão insuficientes para resolver alguns dos problemas colocados. Nesse sentido, procuraremos extrair o máximo de informação daquelas que temos disponíveis e sempre que não seja possível responder a algumas questões, recorreremos a hipóteses colocadas a partir da comparação com outras instituições, que nos possam elucidar acerca daquilo que, possivelmente, se passaria no Hospital de S. Lázaro. Com o estudo desenvolvido, pretendemos contribuir para a historiografia nacional sobre a assistência medieval. Através do estudo de uma das mais importantes instituições caritativas da cidade de Coimbra, na Idade Média, esperamos fornecer os conhecimentos necessários à compreensão do seu funcionamento e do seu património e à sua integração na rede assistencial conimbricense e nacional.